

ACORDO DE EMPRESA STEC / CAIXA-BI





SINDICATO DOS TRABALHADORES
DAS EMPRESAS DO GRUPO CGD

ACORDO DE EMPRESA
ENTRE O
STEC
SINDICATO DOS TRABALHADORES
DAS EMPRESAS DO GRUPO
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
E O
CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA

**ACORDO DE EMPRESA
ENTRE O STEC E O CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA**

Paginação e Design:

Teresa Morais, Nuno Cunha
www.hardfolio.com

Impressão e Acabamento:

Santos e Almeida, Lda.
tel/fax 213420102
acarmelita@iol.pt

*Lisboa, Portugal
Janeiro 2011*

ÍNDICE

Acordo de Empresa STEC / Caixa - Banco de Investimento

CAPÍTULO I - Âmbito de aplicação e vigência

<i>Cláusula 1ª</i>	Âmbito territorial
<i>Cláusula 2ª</i>	Âmbito pessoal
<i>Cláusula 3ª</i>	Vigência, denúncia, revisão

CAPÍTULO II - Admissão e estatuto profissional

SECÇÃO I - Admissão

<i>Cláusula 4ª</i>	Estágio
<i>Cláusula 5ª</i>	Admissão
<i>Cláusula 6ª</i>	Período experimental

SECÇÃO II - Estatuto profissional

<i>Cláusula 7ª</i>	Determinação da antiguidade
<i>Cláusula 8ª</i>	Classificação profissional
<i>Cláusula 9ª</i>	Estágio de acesso a nova categoria
<i>Cláusula 10ª</i>	Carreira profissional

CAPÍTULO III - Direitos, deveres e garantias

<i>Cláusula 11ª</i>	Deveres da Empresa
<i>Cláusula 12ª</i>	Proibição à Empresa
<i>Cláusula 13ª</i>	Deveres dos trabalhadores
<i>Cláusula 14ª</i>	Exercício da actividade sindical
<i>Cláusula 15ª</i>	Quotização sindical
<i>Cláusula 16ª</i>	Princípio da não discriminação
<i>Cláusula 17ª</i>	Trabalhadores estrangeiros
<i>Cláusula 18ª</i>	Encerramento definitivo do estabelecimento

CAPÍTULO IV - Prestação de trabalho

SECÇÃO I - Modo da prestação de trabalho

<i>Cláusula 19ª</i>	Competência da Empresa
<i>Cláusula 20ª</i>	Trabalho a tempo inteiro e a tempo parcial
<i>Cláusula 21ª</i>	Contrato de trabalho a termo

SECÇÃO II - Tempo da prestação de trabalho

<i>Cláusula 22ª</i>	Períodos de funcionamento
<i>Cláusula 23ª</i>	Períodos normais de trabalho
<i>Cláusula 24ª</i>	Registo
<i>Cláusula 25ª</i>	Horários de trabalho
<i>Cláusula 26ª</i>	Horário de trabalho normal
<i>Cláusula 27ª</i>	Horários de trabalho flexíveis
<i>Cláusula 28ª</i>	Horários de trabalho diferenciados
<i>Cláusula 29ª</i>	Trabalho por turnos
<i>Cláusula 30ª</i>	Intervalos de descanso
<i>Cláusula 31ª</i>	Isenção de horário de trabalho
<i>Cláusula 32ª</i>	Trabalho nocturno
<i>Cláusula 33ª</i>	Trabalho suplementar

SECÇÃO III - Mobilidade

<i>Cláusula 34ª</i>	Mobilidade geográfica
<i>Cláusula 35ª</i>	Cedência ocasional de trabalhadores

CAPÍTULO V - Retribuição e outras prestações de natureza pecuniária

SECÇÃO I - Retribuição

<i>Cláusula 36ª</i>	Definição de retribuição
<i>Cláusula 37ª</i>	Tempo, local e forma de pagamento
<i>Cláusula 38ª</i>	Cálculo da retribuição horária e diária
<i>Cláusula 39ª</i>	Tabela salarial
<i>Cláusula 40ª</i>	Retribuição durante as férias e subsídio de férias
<i>Cláusula 41ª</i>	Subsídio de Natal
<i>Cláusula 42ª</i>	Retribuição do trabalho nocturno

SECÇÃO II - Outras prestações de natureza pecuniária

<i>Cláusula 43ª</i>	Subsídio de almoço
<i>Cláusula 44ª</i>	Retribuição do trabalho suplementar
<i>Cláusula 45ª</i>	Deslocações ao serviço da Empresa

CAPÍTULO VI - Suspensão da prestação de trabalho

SECÇÃO I - Descanso semanal, feriados e férias

<i>Cláusula 46ª</i>	Descanso semanal
<i>Cláusula 47ª</i>	Feriados
<i>Cláusula 48ª</i>	Véspera de Natal
<i>Cláusula 49ª</i>	Férias

SECÇÃO II - Faltas

Cláusula 50ª Faltas

SECÇÃO III - Suspensão da prestação de trabalho por impedimento prolongado

Cláusula 51ª Impedimentos prolongados

Cláusula 52ª Licença sem retribuição

CAPÍTULO VII - Segurança e saúde no trabalho, acidentes de trabalho e doenças profissionais

Cláusula 53ª Segurança e saúde no trabalho

Cláusula 54ª Acidentes de trabalho e doenças profissionais

CAPÍTULO VIII - Formação

SECÇÃO I - Formação profissional

Cláusula 55ª Princípios gerais

SECÇÃO II - Trabalhador-estudante

Cláusula 56ª Trabalhador-estudante

CAPÍTULO IX - Regime disciplinar

Cláusula 57ª Poder disciplinar

Cláusula 58ª Infração e procedimento disciplinar

Cláusula 59ª Sanções aplicáveis

Cláusula 60ª Registo de sanções

Cláusula 61ª Suspensão preventiva

Cláusula 62ª Execução da sanção

Cláusula 63ª Ilícitude do despedimento

Cláusula 64ª Suspensão e impugnação do despedimento

CAPÍTULO X - Parentalidade

Cláusula 65ª Princípio geral

CAPÍTULO XI - Empréstimos para habitação

<i>Cláusula 66ª</i>	Princípio geral
<i>Cláusula 67ª</i>	Finalidade dos empréstimos
<i>Cláusula 68ª</i>	Limites gerais do valor do empréstimo
<i>Cláusula 69ª</i>	Taxas de juro e outras condições
<i>Cláusula 70ª</i>	Regime aplicável aos contratos já celebrados
<i>Cláusula 71ª</i>	Extinção do contrato de trabalho

ANEXOS

ANEXO I -	Grupos profissionais e categorias
ANEXO II -	Descrição de funções
ANEXO III -	Tabela salarial
ANEXO IV -	Regulamento do crédito à habitação

CAPÍTULOS

ACORDO DE EMPRESA ENTRE O STEC SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS EMPRESAS DO GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS E O CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA

CAPÍTULO I

ÂMBITO DE APLICAÇÃO E VIGÊNCIA

Cláusula 1ª **Âmbito territorial**

O presente Acordo de Empresa, adiante designado por Acordo, aplica-se em todo o território português.

Cláusula 2ª **Âmbito pessoal**

1. O presente Acordo é vertical e obriga o Caixa - Banco de Investimento, S.A., instituição de crédito (CAE 64190), que o outorga, adiante designado por Empresa, bem como todos os seus trabalhadores representados pelo STEC - Sindicato dos Trabalhadores das Empresa do Grupo CGD, com os grupos e as categorias profissionais constantes do Anexo I.
2. São também abrangidos por este Acordo, beneficiando das condições de trabalho nele estabelecidas que sejam mais favoráveis do que as vigentes no país em causa, os trabalhadores referidos nos números anteriores que, contratados em Portugal, tenham sido ou venham a ser colocados no estrangeiro.
3. O presente Acordo abrange potencialmente 170 trabalhadores, estando os grupos e as categorias profissionais abrangidos pelo mesmo descritos nos Anexos I e II.

Cláusula 3ª **Vigência, denúncia, revisão**

1. O presente Acordo entra em vigor na data da sua publicação no BTE, sendo o seu período de vigência de 24 meses, salvo no que respeita à tabela salarial e demais cláusulas de expressão pecuniária, que vigorarão por 12 meses, sempre com efeitos a Janeiro de cada ano.
2. A denúncia e os processos de revisão reger-se-ão pelas normas legais que estiverem em vigor.
3. Este Acordo mantém-se, contudo, em vigor até ser substituído por outro.

CAPÍTULO II

ADMISSÃO E ESTATUTO PROFISSIONAL

SECÇÃO I - Admissão

Cláusula 4ª **Estágio**

1. A Empresa pode conceder estágios, com a duração máxima de um ano, que tenham por objecto a adaptação dos conhecimentos académicos dos estagiários à vida activa, contribuindo assim para a promoção ou enriquecimento da sua experiência profissional.
2. Na situação de estágio e de acordo com a natureza do mesmo será atribuída uma bolsa mensal não inferior a 80% do valor mínimo de remuneração da tabela salarial em vigor, em cada momento, na Empresa.
3. O disposto na presente cláusula não é aplicável aos estágios obrigatórios para conclusão de curso.

Cláusula 5ª **Admissão**

1. Compete à Empresa contratar os trabalhadores dentro dos limites da lei e do presente Acordo.
2. A idade mínima de admissão é de 18 anos, salvo para os filhos dos trabalhadores falecidos ou que estejam incapacitados para o trabalho, cuja idade mínima é de 16 anos.

Cláusula 6ª **Período experimental**

O período experimental é regulado pelas disposições legais.

SECÇÃO II - Estatuto profissional

Cláusula 7ª **Determinação da antiguidade**

1. A antiguidade conta-se a partir da data da admissão na Empresa.
2. Por acordo entre a Empresa e o trabalhador poderão ser considerados, para efeitos de antiguidade, tempos de serviço prestados a outras entidades.

Cláusula 8ª **Classificação profissional**

1. Os trabalhadores são inseridos num dos quatro Grupos Profissionais previstos no Anexo I e classificados nas categorias profissionais constantes do mesmo Anexo I de acordo com as funções que desempenham, conforme descrição constante do Anexo II.
2. As remunerações mínimas correspondentes às categorias referidas no número anterior constam do Anexo III.

Cláusula 9ª **Estágio de acesso a nova categoria**

1. O acesso a categoria profissional diferente daquela em que o trabalhador se encontra pode ficar dependente de um período de estágio, que será determinado consoante o tipo de função, mas que, em caso algum, poderá exceder um ano.
2. Durante o período de estágio, o trabalhador mantém a retribuição correspondente à situação anterior, mas logo que seja confirmado na nova categoria terá direito às diferenças salariais desde o início do estágio.
3. O período de estágio conta para efeitos de antiguidade na categoria em que o trabalhador ingressou, após confirmação na mesma.

Cláusula 10ª **Carreira profissional**

1. Entende-se por carreira profissional a evolução do trabalhador, por promoção.
2. A promoção envolve a mudança para categoria profissional superior com o correspondente aumento da responsabilidade das funções que o trabalhador exerce e basear-se-á nos conhecimentos técnico-profissionais e experiência demonstrados.
3. As promoções podem ocorrer em qualquer momento, dependendo das necessidades e orientações de gestão.

CAPÍTULO III

DIREITOS, DEVERES E GARANTIAS

Cláusula 11ª **Deveres da Empresa**

A Empresa obriga-se a:

- a) Cumprir todas as obrigações decorrentes deste Acordo e das disposições legais aplicáveis;
- b) Instituir ou manter procedimentos correctos e justos em todos os assuntos que envolvam relações com os trabalhadores;
- c) Não exigir do trabalhador a execução de actos ilícitos ou contrários a regras deontológicas da profissão, como tal legalmente reconhecidos, ou que violem normas de segurança estabelecidas na lei ou na Empresa;
- d) Facultar ao trabalhador a consulta do seu processo individual, sempre que aquele o solicite justificadamente;
- e) Passar as declarações de que o trabalhador, justificadamente, careça, contendo as referências por este expressamente solicitadas e que constem do seu processo individual.

Cláusula 12ª **Proibição à Empresa**

É vedado à Empresa:

- a) Opor-se, por qualquer forma, a que o trabalhador exerça os seus direitos ou aplicar-lhe sanções por causa desse exercício ou pelo cumprimento dos seus deveres sindicais;
- b) Exercer qualquer tipo de pressão sobre o trabalhador para que actue no sentido de violar os direitos individuais ou colectivos consignados neste Acordo ou na Lei;
- c) Despromover o trabalhador ou diminuir a sua retribuição, salvo o disposto na Lei ou neste Acordo;
- d) Obrigar o trabalhador a adquirir bens ou a utilizar serviços fornecidos pela Empresa ou por pessoas por ela indicadas;
- e) Despedir sem justa causa o trabalhador.

Cláusula 13ª **Deveres dos trabalhadores**

São deveres dos trabalhadores:

- a) Cumprir todas as obrigações decorrentes deste Acordo e das disposições legais aplicáveis;
- b) Exercer com competência, zelo, pontualidade e assiduidade as funções que lhes estejam confiadas;
- c) Guardar sigilo profissional, de acordo com os termos e as limitações legais;
- d) Cumprir as ordens e directivas dos responsáveis no que diz respeito à execução e disciplina do trabalho, em tudo o que não se mostre contrário aos direitos e garantias dos trabalhadores;
- e) Cumprir e fazer cumprir as normas de salubridade, higiene e segurança no trabalho;
- f) Zelar pelo bom estado e conservação dos bens que lhes forem confiados pela Empresa;
- g) Quando colocados em funções de direcção ou chefia, e sempre que lhes for solicitado pela respectiva hierarquia, informar dos méritos e qualidades profissionais dos trabalhadores sob sua orientação, observando sempre escrupulosa independência e isenção;
- h) Prestar às hierarquias, em matéria de serviço, os esclarecimentos que lhes sejam solicitados;
- i) Guardar lealdade à Empresa, não negociando por conta própria ou alheia em concorrência com ela, nem divulgando informações referentes à sua organização, métodos de produção ou negócio.

Cláusula 14ª **Exercício da actividade sindical**

Os trabalhadores e o Sindicato têm direito a desenvolver actividade sindical no interior da Empresa, nomeadamente através de Delegados Sindicais, Comissões Sindicais e Intersindicais, nos termos da lei.

Cláusula 15ª **Quotização sindical**

A Empresa obriga-se a deduzir nas retribuições e a enviar ao Sindicato, até ao dia 10 de cada mês, as quotizações dos trabalhadores nele sindicalizados, se estes tiverem individualmente declarado, por escrito, autorizar esta dedução.

Cláusula 16ª **Princípio da não discriminação**

A atribuição, pela Empresa, de quaisquer prestações remuneratórias aos trabalhadores, não poderá ser condicionada por qualquer uma das seguintes situações aos mesmos respeitantes:

- a) Exercício da actividade sindical;
- b) Exercício de direitos decorrentes do regime da parentalidade;
- c) Exercício de direitos reconhecidos aos trabalhadores estudantes;
- d) Exercício de funções públicas ou autárquicas;
- e) Exercício dos demais direitos previstos na lei e neste Acordo.

Cláusula 17ª **Trabalhadores estrangeiros**

Na contratação de trabalhadores estrangeiros, será observada a igualdade de tratamento, em particular no tocante à retribuição e outros benefícios económicos, relativamente a trabalhadores portugueses, que na Empresa tenham categoria e funções idênticas.

Cláusula 18ª **Encerramento definitivo do estabelecimento**

Nos casos de encerramento definitivo do estabelecimento, por motivos de interesse da Empresa, os trabalhadores abrangidos serão integrados, sempre que possível, noutra estabelecimento pertencente à mesma Empresa.

CAPÍTULO IV

PRESTAÇÃO DE TRABALHO

SECÇÃO I - Modo da prestação de trabalho

Cláusula 19ª **Competência da Empresa**

Dentro dos limites decorrentes do contrato de trabalho e das normas que o regem, compete à Empresa fixar os termos em que deve ser prestado o trabalho.

Cláusula 20ª **Trabalho a tempo inteiro e a tempo parcial**

1. Os trabalhadores ficam sujeitos à prestação de trabalho em regime de tempo inteiro, sem prejuízo do disposto no número 2 da presente cláusula.
2. Os trabalhadores poderão prestar trabalho em regime de tempo parcial, a seu pedido, quando a lei lhes conceda essa faculdade ou quando haja acordo com a Empresa.
3. O regime de prestação de trabalho a tempo parcial deverá constar de documento escrito, com indicação da retribuição e do período de trabalho.

Cláusula 21ª **Contrato de trabalho a termo**

1. Aos trabalhadores contratados a termo resolutivo são aplicadas as condições constantes da lei, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
2. O contrato de trabalho a termo só pode ser celebrado para a satisfação de necessidades temporárias da Empresa e pelo período estritamente necessário à satisfação dessas necessidades.
3. Consideram-se, nomeadamente, necessidades temporárias da Empresa as seguintes:
 - a) Substituição directa ou indirecta de trabalhador ausente, ou que, por qualquer razão, se encontre temporariamente impedido de prestar serviço;
 - b) Substituição directa ou indirecta de trabalhador em relação ao qual esteja pendente, em juízo, acção de apreciação da licitude do despedimento;
 - c) Substituição directa ou indirecta de trabalhador em situação de licença sem retribuição;
 - d) Substituição de trabalhador a tempo completo que passe a prestar trabalho a tempo parcial por período determinado;

- e) Actividades sazonais ou outras actividades cujo ciclo apresente irregularidades decorrentes da natureza estrutural do respectivo mercado;
 - f) Acréscimo excepcional da actividade da Empresa;
 - g) Execução de tarefa ocasional ou serviço determinado precisamente definido e não duradouro.
4. Para além das situações previstas no n.º 2, pode ser celebrado contrato a termo nos seguintes casos:
- a) Lançamento de uma nova actividade de duração incerta, bem como início de laboração de um estabelecimento;
 - b) Contratação de trabalhadores à procura de primeiro emprego ou de desempregados de longa duração ou noutras situações previstas em legislação especial de política de emprego.
5. O contrato de trabalho a termo certo pode ser renovado nos termos previstos na lei e a sua duração máxima será a que legalmente for admissível.
6. Mensalmente, a Empresa enviará ao Sindicato a listagem dos contratos celebrados no mês anterior, com indicação do prazo, motivo justificativo e local de trabalho.

SECÇÃO II - Tempo da prestação de trabalho

Cláusula 22ª

Períodos de funcionamento

Dentro dos condicionalismos estabelecidos pelas normas legais, compete à Empresa a fixação dos períodos de funcionamento dos serviços.

Cláusula 23ª

Períodos normais de trabalho

1. Os períodos normais de trabalho diário e semanal são de 8 e 40 horas, respectivamente.
2. O período normal de trabalho pode ser definido pela Empresa em termos médios, por um período de referência de 2 meses, sem prejuízo de não poderem ser ultrapassados os limites de 45 horas por semana e de 9 horas por dia.

Cláusula 24ª
Registo

1. A Empresa deve manter um registo que permita apurar o número de horas de trabalho prestadas pelo trabalhador, elaborado nos termos da lei.
2. O disposto no número anterior não dispensa a autorização e registo relativos ao trabalho suplementar.

Cláusula 25
Horários de trabalho

1. Dentro dos condicionalismos previstos neste Acordo e na Lei, a Empresa pode estabelecer os seguintes tipos de horários:
 - a) Horário de trabalho normal;
 - b) Horário de trabalho flexível;
 - c) Horário de trabalho diferenciado;
 - d) Horário de trabalho por turnos.
2. O estabelecimento do horário de trabalho fora do período compreendido entre as 08.00 e as 22.00 horas depende da concordância expressa do trabalhador.

Cláusula 26ª
Horário de trabalho normal

O horário de trabalho normal é o estabelecido pela Empresa entre as 08.00 e as 22.00 horas, repartido entre dois períodos fixos e com um intervalo de descanso.

Cláusula 27ª
Horários de trabalho flexíveis

O horário de trabalho flexível é aquele em que as horas de início e termo dos períodos de trabalho e de descanso diário são móveis, havendo, porém, períodos de permanência obrigatória.

Cláusula 28ª **Horários de trabalho diferenciados**

1. O horário de trabalho diferenciado é aquele em que a prestação de trabalho se efetiva num único período ou em dois ou mais períodos diários, com horas de entrada e saída fixas, e em que pelo menos um deles se situa fora do intervalo das 8 às 22 horas.
2. A Empresa pode pôr termo ao regime de horário diferenciado, precedendo comunicação ao trabalhador com a antecedência mínima de 15 dias.

Cláusula 29ª **Trabalho por turnos**

1. O horário de trabalho por turnos é aquele em que a prestação de trabalho se efetiva em períodos diários sucessivos, ininterruptamente ou não, e em que os trabalhadores mudam, periódica e regularmente, de um horário de trabalho para o subsequente, de acordo com uma escala pré-estabelecida.
2. A duração de trabalho de cada turno não pode ultrapassar os limites máximos dos períodos de trabalho fixados na cláusula 23.ª.
3. A Empresa pode pôr termo ao regime de horário por turnos, precedendo comunicação ao trabalhador com a antecedência mínima de 15 dias.

Cláusula 30ª **Intervalos de descanso**

1. Deve ser observado um intervalo diário de descanso de duração não inferior a 1 hora e não superior a 2 horas.
2. Os trabalhadores que, por motivo imperioso e inadiável de serviço, não possam interromper o seu trabalho nos períodos de intervalo estabelecidos neste Acordo, retomarão o serviço com igual atraso.

Cláusula 31ª **Isenção de horário de trabalho**

A Empresa e os trabalhadores podem, nos termos da lei, acordar na prestação de trabalho em regime de isenção de horário.

Cláusula 32ª**Trabalho nocturno**

1. Para efeitos do presente Acordo, considera-se nocturno o trabalho prestado no período que decorre entre as 22.00 horas de um dia e as 7.00 horas do dia seguinte.
2. Não são obrigados a prestar trabalho nocturno os trabalhadores que, por norma legal aplicável, a tal sejam dispensados e ainda os que apresentem motivos atendíveis, aceites pela Empresa.

Cláusula 33ª**Trabalho suplementar**

1. Considera-se trabalho suplementar todo aquele que é prestado fora do horário de trabalho.
2. Não se compreende na noção de trabalho suplementar:
 - a) O trabalho prestado por trabalhadores isentos de horário de trabalho em dia normal de trabalho;
 - b) O trabalho prestado para compensar suspensões de actividade, quando haja acordo entre a Empresa e os trabalhadores.
3. O trabalho suplementar só pode ser prestado:
 - a) Quando a Empresa tenha de fazer face a acréscimos ocasionais de trabalho que não justifiquem a admissão de trabalhadores;
 - b) Quando se verifiquem casos de força maior;
 - c) Quando a Empresa esteja na iminência de sofrer prejuízos importantes.
4. É exigível o pagamento de trabalho suplementar cuja prestação tenha sido prévia e expressamente determinada, ou realizada de modo a não ser previsível a oposição da Empresa.
5. Os trabalhadores estão obrigados à prestação de trabalho suplementar, salvo quando havendo motivos atendíveis, expressamente solicitem a sua dispensa e, ainda, quando expressamente invoquem e se verifiquem situações de gravidez, amamentação, deficiência ou doença crónica, filhos menores de 12 meses ou assistência inadiável ao agregado familiar.
6. O trabalho suplementar previsto na alínea a) do número 3 fica sujeito ao limite de 200 horas anuais por trabalhador.

SECÇÃO III - Mobilidade**Cláusula 34ª**
Mobilidade geográfica

A mobilidade geográfica dos trabalhadores fica sujeita ao disposto na lei.

Cláusula 35ª
Cedência ocasional de trabalhadores

Nos termos da lei, a Empresa pode ceder temporariamente trabalhadores do seu quadro efectivo a outras entidades.

CAPÍTULO V

RETRIBUIÇÃO E OUTRAS PRESTAÇÕES DE NATUREZA PECUNIÁRIA

SECÇÃO I - Retribuição

Cláusula 36ª

Definição de retribuição

1. Só se considera retribuição o que, nos termos do contrato, das normas que o regem ou dos usos, o trabalhador tem direito a receber como contrapartida do seu trabalho.
2. Na contrapartida do trabalho inclui-se a retribuição base e outras prestações regulares e periódicas feitas, directa ou indirectamente, em dinheiro.
3. Presume-se constituir retribuição toda e qualquer prestação da Empresa ao trabalhador.

Cláusula 37ª

Tempo, local e forma de pagamento

1. O pagamento da retribuição deve ser efectuado até ao último dia útil de cada mês.
2. A Empresa poderá pagar as retribuições por cheque ou depósito em conta bancária, assegurando que os trabalhadores possam delas dispor dentro do prazo referido no número anterior.
3. No acto de pagamento da retribuição, a Empresa deve entregar ao trabalhador documento discriminativo dos abonos e descontos efectuados conforme exigido pela lei.

Cláusula 38ª

Cálculo da retribuição horária e diária

1. A retribuição horária é calculada segundo a seguinte fórmula: $(Rm \times 12) / (52 \times n)$; sendo Rm o valor da retribuição mensal e n o período normal de trabalho semanal.
2. A retribuição diária é igual a 1/30 da retribuição mensal.

Cláusula 39ª

Tabela salarial

A tabela salarial é a que consta do Anexo III.

Cláusula 40ª
Retribuição durante as férias e subsídio de férias

1. A retribuição correspondente ao período de férias é igual à que o trabalhador receberia se estivesse em serviço efectivo.
2. Além da retribuição referida no número anterior, o trabalhador tem direito a um subsídio de férias de montante igual ao da maior retribuição mensal auferida durante o ano a que respeitam as férias.
3. O subsídio de férias deve ser pago antes do início do período de férias.

Cláusula 41ª
Subsídio de Natal

1. Os trabalhadores abrangidos pelo presente Acordo têm direito a receber um subsídio de Natal de valor correspondente a um mês da maior retribuição mensal auferida no respectivo ano e que será pago com a retribuição de Novembro.
2. O valor do subsídio de Natal é proporcional ao tempo de serviço prestado no ano civil, nas seguintes situações:
 - a) No ano de admissão do trabalhador;
 - b) No ano da cessação do contrato de trabalho, por qualquer motivo, incluindo por morte;
 - c) Em caso de suspensão do contrato de trabalho, salvo se por facto respeitante à Empresa.

Cláusula 42ª
Retribuição do trabalho nocturno

1. O trabalho nocturno é pago com acréscimo de 25% relativamente ao pagamento de trabalho equivalente prestado durante o dia.
2. O disposto no número anterior não se aplica quando a retribuição seja estabelecida atendendo à circunstância de o trabalho dever ser prestado em período nocturno.

SECÇÃO II - Outras prestações de natureza pecuniária**Cláusula 43ª****Subsídio de almoço**

1. A todos os trabalhadores é atribuído, por cada dia de trabalho efectivamente prestado, um subsídio de almoço de € 11,10, que será pago mensalmente.
2. Os trabalhadores em regime de tempo parcial têm direito a um subsídio de almoço de valor proporcional ao horário completo.
3. Quando, por motivo de deslocação, seja pago ao trabalhador o valor correspondente ao almoço, não receberá a verba prevista nos números anteriores.

Cláusula 44ª**Retribuição do trabalho suplementar**

A retribuição do trabalho suplementar será calculada nos termos da lei.

Cláusula 45ª**Deslocações ao serviço da Empresa**

1. Os trabalhadores que tenham de se deslocar em serviço para fora da localidade em que se situa o respectivo local de trabalho têm direito a ser reembolsados das inerentes despesas.
2. As despesas de transporte serão compensadas nas condições seguintes:
 - a) Será pago pela Empresa o preço da viagem;
 - b) Nas viagens por avião será utilizada a classe turística;
 - c) Nas viagens por comboio ou via marítima será utilizada a 1.ª classe;
 - d) Quando for utilizado o automóvel do trabalhador, a Empresa pagar-lhe-á, por quilómetro, de acordo com a seguinte fórmula, que engloba todas as despesas inerentes à utilização do veículo, nomeadamente seguros que cubram a eventual responsabilidade civil da Empresa para com terceiros, bem como a indemnização dos danos próprios do veículo utilizado: $0,30 \times \text{preço da gasolina sem chumbo } 98$;
 - e) Só poderão ser efectuadas deslocações em automóvel do trabalhador mediante acordo prévio entre este e a Empresa.
3. As despesas de alojamento serão reembolsadas contra a apresentação do respectivo recibo comprovativo, podendo a Empresa determinar a categoria da unidade hoteleira a utilizar ou o valor máximo a pagar por diária.

4. As despesas de alimentação e as restantes despesas ordinárias serão pagas contra a apresentação das respectivas facturas.
5. Para além do previsto no anterior número 4, a Empresa reembolsará o trabalhador das despesas extraordinárias comprovadamente efectuadas, necessárias para cabal desempenho da sua missão.
6. Os trabalhadores que tenham de se deslocar em serviço dentro da localidade em que se situa o respectivo local de trabalho serão reembolsados das despesas impostas pela deslocação.
7. A pedido do trabalhador, ser-lhe-ão adiantadas as importâncias relativas às despesas previstas nesta cláusula.
8. Os trabalhadores em deslocação para fora da localidade em que se situe o respectivo local de trabalho beneficiam do seguro normal de acidentes de trabalho.

CAPÍTULO VI

SUSPENSÃO DA PRESTAÇÃO DE TRABALHO

SECÇÃO I - Descanso semanal, feriados e férias

Cláusula 46ª **Descanso semanal**

1. Salvo o disposto no número seguinte, os dias de descanso semanal são o sábado e o domingo.
2. Nos serviços que funcionem, ininterruptamente ou não, aos sábados, domingos e feriados e independentemente do tipo do horário adoptado, os dias de descanso semanal deverão coincidir, periodicamente, com o sábado e o domingo.
3. Nos casos de prestação de trabalho em dia de descanso semanal, o trabalhador tem direito a um dia de descanso compensatório remunerado, a gozar num dos três dias úteis seguintes, ou a acrescer às férias mediante acordo com a Empresa.
4. Na falta de acordo, o dia de descanso compensatório é fixado pela Empresa.

Cláusula 47ª **Feriados**

1. Consideram-se feriados obrigatórios os que como tal forem legalmente considerados.
2. Além dos feriados obrigatórios serão observados a terça-feira de Carnaval e o feriado municipal da localidade.

Cláusula 48ª **Véspera de Natal**

Os trabalhadores estão dispensados do cumprimento do dever de assiduidade na véspera de Natal.

Cláusula 49ª **Férias**

1. Os trabalhadores abrangidos por este Acordo têm direito a gozar, em cada ano civil, 25 dias úteis de férias remuneradas, período este que prejudica o acréscimo de dias previsto no Código do Trabalho em função da assiduidade.
2. No ano da contratação, o trabalhador tem direito, após seis meses completos de execução do contrato, a gozar dois dias úteis de férias por cada mês de duração do contrato, até ao máximo de vinte dias úteis.

3. No caso de sobrevir o termo civil antes de decorrido o prazo referido no número anterior ou antes de gozado o direito a férias, pode o trabalhador usufruí-lo até 30 de Junho do ano civil subsequente.
4. Da aplicação do disposto nos números 2 e 3 não pode resultar para o trabalhador o direito ao gozo de um período de férias, no mesmo ano civil, superior a trinta dias úteis.
5. Para efeitos de férias, são úteis os dias da semana de segunda a sexta-feira, com excepção dos feriados, não podendo as férias ter início em dia de descanso semanal do trabalhador.

SECÇÃO II - Faltas

Cláusula 50ª **Faltas**

As faltas dos trabalhadores ficam sujeitas ao regime legal.

SECÇÃO III - Suspensão da prestação de trabalho por impedimento prolongado

Cláusula 51ª **Impedimentos prolongados**

A suspensão do contrato de trabalho dos trabalhadores por impedimento prolongado fica sujeita ao regime estabelecido na lei.

Cláusula 52ª **Licença sem retribuição**

A Empresa poderá conceder licenças sem retribuição nos termos da lei.

CAPÍTULO VII**SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, ACIDENTES DE TRABALHO
E DOENÇAS PROFISSIONAIS***Cláusula 53ª****Segurança e saúde no trabalho***

A Empresa deve organizar serviços de segurança e saúde, visando a prevenção de riscos profissionais e a promoção da saúde dos trabalhadores, nos termos legalmente estabelecidos.

*Cláusula 54ª****Acidentes de trabalho e doenças profissionais***

Os trabalhadores e os seus familiares têm direito à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais, nos termos da lei.

CAPÍTULO VIII FORMAÇÃO

SECÇÃO I - Formação profissional

Cláusula 55ª **Princípios gerais**

1. A Empresa deve fomentar, nos termos da lei, a formação e o aperfeiçoamento profissional, não só com o objectivo de melhorar os níveis de produtividade dos seus trabalhadores e de assegurar o desenvolvimento das potencialidades e aptidões dos mesmos, mas ainda como condição necessária para o acesso destes a funções mais qualificadas e para permitir reconversões, quando necessárias, e adaptações às novas tecnologias.
2. A formação profissional dos trabalhadores fica sujeita ao disposto na lei.

SECÇÃO II - Trabalhador-estudante

Cláusula 56ª **Trabalhador-estudante**

1. A Empresa está obrigada a cumprir as disposições legais referentes ao trabalhador-estudante.
2. A Empresa divulgará, pela forma que considerar mais adequada, nomeadamente por afixação nos locais de trabalho, informações sobre os direitos conferidos pela legislação referida no número anterior.

CAPÍTULO IX

REGIME DISCIPLINAR

Cláusula 57ª **Poder disciplinar**

1. A Empresa tem poder disciplinar sobre os seus trabalhadores, de acordo com as normas estabelecidas no presente Acordo e na lei.
2. A Empresa exerce o poder disciplinar por intermédio da Comissão Executiva ou dos superiores hierárquicos do trabalhador, mediante delegação daquela.

Cláusula 58ª **Infracção e procedimento disciplinar**

1. Considera-se infracção disciplinar a violação culposa, pelo trabalhador, dos deveres que lhe são impostos pela lei e por este Acordo.
2. O procedimento disciplinar deve exercer-se nos prazos e nos termos legalmente estabelecidos.
3. A infracção disciplinar prescreve nos termos da lei.

Cláusula 59ª **Sanções aplicáveis**

1. A Empresa pode aplicar, dentro dos limites fixados nesta cláusula, as seguintes sanções disciplinares:
 - a) Repreensão verbal;
 - b) Repreensão registada;
 - c) Sanção pecuniária;
 - d) Perda de dias de férias;
 - e) Suspensão do trabalho com perda de retribuição e de antiguidade;
 - f) Despedimento sem qualquer indemnização ou compensação.
2. As sanções pecuniárias aplicadas a um trabalhador, por infracções praticadas no mesmo dia, não podem exceder dois terços da retribuição diária e, em cada ano civil, a retribuição correspondente a 60 dias.
3. A perda de dias de férias não pode pôr em causa o gozo de 20 dias úteis de férias.

4. A suspensão do trabalho não pode exceder 60 dias por cada infracção e, em cada ano civil, o total de 120 dias.
5. A sanção disciplinar deve ser proporcionada à gravidade da infracção e à culpabilidade do infractor, tomando-se ainda em conta a sua personalidade, antiguidade, passado disciplinar e outras circunstâncias atendíveis.
6. Não pode aplicar-se mais do que uma sanção disciplinar pela mesma infracção.
7. A sanção disciplinar não pode ser aplicada sem a audiência prévia do trabalhador.

Cláusula 60ª **Registo de sanções**

A Empresa manterá devidamente actualizado o registo de sanções disciplinares, nos termos da lei.

Cláusula 61ª **Suspensão preventiva**

Nos casos previstos na lei, e nos termos e condições aí estabelecidos, a Empresa pode suspender preventivamente o trabalhador.

Cláusula 62ª **Execução da sanção**

A execução da sanção disciplinar só pode ter lugar no prazo e nas condições estabelecidas na lei.

Cláusula 63ª **Ilícitude do despedimento**

A ilicitude do despedimento e a invalidade do procedimento são apreciadas nos termos da lei.

Cláusula 64ª **Suspensão e impugnação do despedimento**

O trabalhador que for despedido pode, no prazo legal, requerer judicialmente a suspensão de despedimento, bem como opor-se ao despedimento nos termos legalmente estabelecidos.

CAPÍTULO X

PARENTALIDADE

Cláusula 65ª **Princípio geral**

1. A Empresa está obrigada a cumprir as disposições legais referentes à protecção da parentalidade.
2. A Empresa divulgará, pela forma que considerar mais adequada, nomeadamente por afixação nos locais de trabalho, informações sobre os direitos conferidos pela legislação referida no número anterior.

CAPÍTULO XI

EMPRESTIMOS PARA HABITAÇÃO

Cláusula 66ª

Princípio geral

1. A Empresa concederá empréstimos para habitação aos seus trabalhadores no activo, os quais deverão ser liquidados no máximo de 30 anos e/ou até o mutuário completar 65 anos de idade.
2. Para satisfação dos pedidos de crédito para habitação, a Empresa estipulará um “*plafond*” máximo e incluirá no seu orçamento o respectivo valor anual a calcular em função das suas disponibilidades.

Cláusula 67ª

Finalidade dos empréstimos

1. Os empréstimos visam proporcionar aos trabalhadores a possibilidade de:
 - a) Aquisição de habitação já construída ou em construção;
 - b) Aquisição de terreno e construção de habitação;
 - c) Construção de habitação em terreno próprio;
 - d) Ampliação de habitação própria;
 - e) Beneficiação de habitação própria.
2. Serão concedidos empréstimos para substituição de outros que se encontrem em curso, noutras Instituições de Crédito, desde que os mesmos tenham sido concedidos para os fins indicados no n.º 1 desta cláusula.

Cláusula 68ª

Limites gerais do valor do empréstimo

1. O valor máximo do empréstimo é de € 208.326,50 e não pode ultrapassar 90% do valor total da aquisição ou da avaliação sendo este cálculo efectuado sobre o menor dos dois valores referidos.
2. O valor constante do número 1 poderá ser revisto bienalmente.

Cláusula 69ª **Taxas de juro e outras condições**

1. A taxa de juro dos empréstimos à habitação é:
 - a) Até ao montante de 110.000 € igual a 65% do valor da taxa mínima de proposta aplicável às operações principais de refinanciamento pelo Banco Central Europeu, ou de outra taxa legalmente fixada como taxa equivalente;
 - b) O remanescente 98.326,50 € igual a 65% do valor da taxa mínima de proposta aplicável às operações principais de refinanciamento pelo Banco Central Europeu, ou de outra taxa legalmente fixada como taxa equivalente, agravada em 25%.
2. A variação das taxas referidas nos números anteriores determinará, relativamente às prestações vincendas, a correspondente alteração das taxas aplicáveis aos empréstimos em curso.
3. A variação das taxas do empréstimo a que se refere o número anterior tem como limite, no sentido ascendente, a taxa de 15 %.
4. As demais condições dos empréstimos previstos nesta Secção são estabelecidas em regulamentação própria (Anexo IV).

Cláusula 70ª **Regime aplicável aos contratos já celebrados**

Aos contratos celebrados anteriormente à entrada em vigor do presente Acordo aplica-se o regime previsto na cláusula anterior, com a seguinte especialidade:

A variação das taxas de juro tem como limite, no sentido ascendente, a taxa a que foi celebrado o respectivo contrato, não podendo, em qualquer caso, ultrapassar 15 %.

Cláusula 71ª **Extinção do contrato de trabalho**

1. Nos casos em que o trabalhador (mutuário) deixar de exercer funções na Empresa, por reforma ou pré-reforma, será mantida a amortização mensal segundo o plano inicial.
1. Se o trabalhador (mutuário) deixar de exercer funções na Empresa em casos não previstos no número anterior, o empréstimo considera-se vencido, agravando-se a taxa para a máxima legalmente estabelecida para as operações bancárias activas de igual prazo, até efectivação integral do pagamento do montante em dívida, salvo acordo diferente entre o trabalhador (mutuário) e a Empresa.

ANEXOS

**ACORDO DE EMPRESA
ENTRE O
STEC
SINDICATO DOS TRABALHADORES
DAS EMPRESAS DO GRUPO
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
E O
CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA**

ANEXO I

GRUPOS PROFISSIONAIS E CATEGORIAS

Os trabalhadores inseridos nos diversos grupos profissionais, exercem as funções relativas à sua categoria, descritas no Anexo II, podendo desempenhá-las de acordo com a responsabilidade interna, as competências, qualificações e aptidões ali indicadas.

GRUPOS PROFISSIONAIS	CATEGORIAS PROFISSIONAIS
A – DIRECÇÃO	DIRECTOR COORDENADOR
	DIRECTOR
	DIRECTOR ADJUNTO
	SUB-DIRECTOR
B – ANALISTAS	ANALISTA SUPERVISOR
	ANALISTA SÉNIOR
	ANALISTA
	ANALISTA JÚNIOR
C – ESPECIALISTAS	ESPECIALISTA SUPERVISOR
	ESPECIALISTA SÉNIOR
	ESPECIALISTA
	ESPECIALISTA JÚNIOR
D – ADMINISTRATIVOS	SUPERVISOR ADMINISTRATIVO SÉNIOR
	SUPERVISOR ADMINISTRATIVO
	ADMINISTRATIVO SÉNIOR
	ADMINISTRATIVO
	ADMINISTRATIVO ASSISTENTE
	AUXILIAR / MOTORISTA

ANEXO II

DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES

GRUPO PROFISSIONAL A

Agrega as categorias de direcção

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Director Coordenador	Integra a alta Direcção do Banco de forma autónoma, toma as grandes decisões no quadro das políticas e objectivos do Banco e na esfera da sua responsabilidade. Colabora na elaboração de decisões a tomar ao nível da Administração. Superintendente no planeamento, organização e coordenação das actividades dele dependentes. Reporta directamente ao Administrador do respectivo pelouro e coordena pelo menos uma área de negócio ou suporte.
Director Director Adjunto Sub-Director	Toma decisões de acordo com a esfera da sua responsabilidade e área de actuação, seguindo o quadro das políticas e objectivos da Direcção e do Banco. Superintende no planeamento, organização e coordenação das suas actividades e da equipa dele dependente. Elabora estudos, análises e pareceres de natureza técnica, propõe soluções, participa em projectos, processos ou diligências, concretizando acções e operações inerentes à sua actividade e responsabilidades funcionais. Elabora propostas para tomada de decisão ao nível da Direcção e da Administração, podendo reportar directamente à mesma. As categorias profissionais elencadas têm um grau de responsabilidade superior, relativamente à sua ordem, correspondendo-lhes, por isso, maior poder de decisão.

GRUPO PROFISSIONAL B

Agrega as categorias de analista

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Analista	Enquadrado numa carreira de gestão em área de negócio ou suporte, o Analista elabora pareceres, estudos e análises de natureza técnica, propõe soluções, participa em projectos, processos ou diligências, concretizando acções e operações inerentes à sua actividade. Pode coordenar analistas e/ou outros empregados de categoria interna igual ou inferior. Exerce as suas funções com autonomia técnica/hierárquica correspondente ao nível em que se encontra e é directamente responsável perante a respectiva chefia, podendo o seu trabalho ser supervisionado por analista de categoria interna igual ou superior. Pode representar a Instituição em assuntos da sua especialidade.

GRUPO PROFISSIONAL C*Agrega as categorias de especialista*

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Especialista	Enquadrado numa carreira de <i>Business Support</i> em área de negócio ou área de suporte, elabora trabalhos com elevado nível de especialização técnica, propõe soluções, participa em projectos, processos ou diligências e concretiza acções e operações inerentes à sua actividade. Pode coordenar/supervisionar especialistas e/ou outros empregados de categoria interna igual ou inferior. Exerce as suas funções com autonomia técnica correspondente ao nível em que se encontra e é directamente responsável perante a respectiva chefia, podendo o seu trabalho ser supervisionado por especialista de categoria interna igual ou superior. Pode representar a Empresa em assuntos da sua especialidade.

GRUPO PROFISSIONAL D*Agrega as categorias de carácter administrativo e operacional*

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Administrativo	Realiza actividades de carácter administrativo, operativo ou comercial, sob orientação superior. Pode supervisionar o trabalho de empregados de categoria interna igual ou inferior. Em funções de secretariado, executa trabalhos de escritório em apoio aos membros do Conselho de Administração ou de Direcção, nomeadamente, gerindo as suas agendas, estabelecendo contactos, recolhendo e fornecendo informações junto de terceiros, elaborando comunicações escritas e assegurando o arquivo de documentos e ficheiros.

ANEXO III

TABELA SALARIAL

CATEGORIAS	VALOR (Euros)
Director Coordinador	2.500,00
Director	2.000,00
Director Adjunto	1.700,00
Sub-Director	1.500,00
Analista Supervisor	1.400,00
Analista Sénior	1.300,00
Analista	1.200,00
Analista Júnior	1.100,00
Especialista Supervisor	1.400,00
Especialista Sénior	1.300,00
Especialista	1.200,00
Especialista Júnior	1.100,00
Supervisor Administrativo Sénior	1.200,00
Supervisor Administrativo	1.070,00
Administrativo Sénior	1.000,00
Administrativo	920,00
Administrativo Assistente	850,00
Auxiliar / Motorista	700,00

ANEXO IV REGULAMENTO DO CRÉDITO À HABITAÇÃO

CAPÍTULO I - Disposições gerais

Artigo 1º **Fins dos empréstimos**

1. Os empréstimos, objecto deste Regulamento, visam proporcionar aos trabalhadores da Empresa a possibilidade de:
 - a) Aquisição de habitação já construída ou em construção;
 - b) Aquisição de terreno e construção de habitação;
 - c) Construção de habitação em terreno próprio;
 - d) Ampliação de habitação própria;
 - e) Beneficiação de habitação própria.
2. Nos termos do presente Regulamento, serão concedidos empréstimos para substituição de outros em vigor em Instituições de Crédito ou noutras que tenham por objecto o financiamento à aquisição ou construção de habitação própria, desde que os mesmos tenham sido concedidos para os fins indicados no número 1.
3. Quando ocorram circunstâncias atendíveis, tendo em conta as finalidades definidas no número 1, poderão também ser concedidos empréstimos, nos termos deste regulamento, para liquidação ao cônjuge ou ex-cônjuge da quota parte da habitação do casal, em caso de partilha resultante de separação judicial de pessoas e bens ou de divórcio.
4. Nos casos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1, a Empresa adiantará, nas condições constantes do presente Regulamento, mediante a apresentação do contrato de promessa de compra e venda, devidamente legalizado, o montante exigido como sinal até aos seguintes limites, respectivamente:
 - a) 2/3 do valor do empréstimo ou de 1/3 do custo da habitação, prevalecendo o primeiro dos aludidos limites, se o segundo o exceder;
 - b) 1/3 do valor do terreno ou de 1/9 do valor do empréstimo, prevalecendo o primeiro dos aludidos limites, se o segundo o exceder, sendo necessário que o loteamento esteja aprovado.
5. Nos casos referidos nas alíneas b) e c) do número 1, considera-se como custo de habitação, para efeitos do presente Regulamento, a soma do custo da construção e do terreno, salvo se, por força da avaliação, forem determinados valores inferiores.
6. Salvo o disposto no número 2, não serão concedidos empréstimos, nos termos deste Regulamento, para liquidação de outros, contraídos, seja a que título for, junto de terceiros.

7. O disposto na alínea e) do número 1 abrange, na proporcionalidade, o custo de beneficiação em partes comuns de imóveis em regime de propriedade horizontal.
8. Nos empréstimos a conceder ao abrigo do número 3:
 - a) O montante a emprestar não pode ser superior a metade do valor da habitação, nem superior aos limites fixados no artigo 4.º;
 - b) O trabalhador obriga-se a apresentar documento judicial comprovativo da separação judicial de pessoas e bens ou do divórcio.

Artigo 2º **Novos empréstimos**

1. Após ter obtido um primeiro empréstimo, nos termos do presente Regulamento, o mesmo trabalhador pode solicitar sucessivamente novos empréstimos, quando se verifique alguma das seguintes situações:
 - a) Necessidade, devidamente justificada, de ampliação ou beneficiação da habitação construída ou adquirida com o primeiro empréstimo;
 - b) Necessidade de aquisição ou construção da nova habitação, em virtude de a habitação construída ou adquirida com o empréstimo anterior se ter tornado inadequada por motivo de aumento do agregado familiar, saúde, transferência do local de trabalho ou qualquer outro motivo superveniente, que se considere justificativo de novo pedido;
 - c) Necessidade de, por efeito de partilha resultante de separação judicial de pessoas e bens ou divórcio, reembolsar o cônjuge separado ou o ex-cônjuge da quota parte da habitação do casal, sempre que este reembolso não possa ser efectuado com outros bens partilháveis.
2. No caso da alínea b) do precedente número 1:
 - a) A manutenção do novo empréstimo fica condicionada à venda, no prazo máximo de 180 dias, da habitação constituída;
 - b) O novo financiamento não poderá ser superior a 90% da diferença entre o preço de aquisição da nova habitação, ou do valor de avaliação se for inferior, e o preço de venda da habitação inadequada ou do valor de avaliação, se superior.
3. Nos casos da alínea c) do número 1, o montante do novo empréstimo não poderá exceder 50% do valor da avaliação efectuada pela Instituição, deduzido de 50% do capital em dívida do anterior empréstimo.
4. A soma dos quantitativos dos empréstimos concedidos nos termos do número 1 não poderá exceder, em cada momento, os limites fixados pelo artigo 4.º.

Artigo 3º **Requisitos relativos ao requerente**

Podem solicitar a concessão de empréstimos os trabalhadores no activo em relação aos quais se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Terem completado o tempo de serviço correspondente ao período experimental;
- b) Não terem utilizado crédito ao abrigo deste Regulamento ou, tendo-o utilizado, estarem abrangidos pelo número 1 do Artigo 2.º;
- c) Não possuírem habitação em seu nome ou do cônjuge não separado judicialmente de pessoas e bens, excepto se, possuindo-a, não for a mesma adequada ao alojamento do respectivo agregado familiar ou se a propriedade lhe tiver advindo de herança na situação de arrendada.

Artigo 4º **Limites gerais do valor do empréstimo**

1. O limite máximo do empréstimo a conceder será o estabelecido no Acordo de Empresa.
2. No caso de obras de ampliação ou beneficiação, o valor do empréstimo, para esse efeito, não poderá exceder 90% do valor das obras, até ao limite de 60% do valor máximo previsto no Acordo de Empresa como valor total da habitação.

Artigo 5º **Limites em função do rendimento do agregado familiar**

1. O empréstimo não poderá exceder um valor que determine um encargo mensal superior a 1/24 dos rendimentos anuais do agregado familiar do mutuário.
2. Para efeitos do presente Regulamento, considera-se:
 - a) Agregado familiar: o trabalhador, o cônjuge ou companheiro(a) que viva com ele(a), há mais de dois anos, em condições análogas às dos cônjuges e os respectivos ascendentes, descendentes e filhos adoptivos que coabitem a título permanente ou com periodicidade regular e na sua dependência económica;
 - b) Rendimento do agregado familiar: a soma de todos os rendimentos brutos não eventuais dos seus componentes.
3. Entende-se que existe dependência económica quando o membro do agregado familiar dependente não auferir proventos regulares, de qualquer natureza ou proveniência, de valor superior ao montante do salário mínimo nacional.

Artigo 6º **Confirmação das declarações**

A Empresa reserva-se o direito de, sempre que o entender conveniente, efectuar as diligências necessárias para a confirmação de todas as declarações prestadas, bem como da aplicação do produto dos empréstimos.

Artigo 7º **Prazos de amortização**

1. O prazo máximo dos empréstimos será de 30 anos, mesmo nos casos de construção de habitação própria.
2. Os empréstimos concedidos ao abrigo deste regulamento terão de ser liquidados até o trabalhador (mutuário) completar 65 anos de idade.

Artigo 8º **Taxas de juro**

A taxa de juro será a que estiver fixada no Acordo de Empresa.

Artigo 9º **Prazo de utilização em caso de construção**

1. A utilização total do empréstimo, em caso de construção, deverá ser feita no prazo máximo de 2 anos, após a outorga do respectivo contrato, e em parcelas que não poderão exceder o número de seis.
2. A entrega ao trabalhador (mutuário) das parcelas do empréstimo será obrigatoriamente precedida de avaliação ou medição da obra que a justifique.

Artigo 10º **Pagamento do empréstimo**

1. A amortização do empréstimo e o pagamento dos juros e demais encargos serão feitos, em prestações constantes, mensais e iguais, abrangendo capital e juros.
2. A primeira prestação vence-se no mês subsequente ao da utilização do empréstimo ou no mês subsequente ao da primeira utilização do empréstimo, nos casos em que a respectiva utilização seja faseada em parcelas.

3. As prestações serão sempre deduzidas mensalmente nos vencimentos dos trabalhadores/beneficiários ou debitadas nas respectivas contas de depósito, devendo, na última hipótese, os trabalhadores assumir o compromisso de receberem o vencimento por transferência bancária em conta e mantê-la provisionada para suportar os respectivos débitos.
4. A concessão de adiantamento, nos termos e para os efeitos previstos no número 4 do Artigo 1.º, vence juros à taxa que resultar de 65% do valor da taxa mínima de proposta aplicável às operações principais de refinanciamento pelo Banco Central Europeu ou de outra taxa legalmente fixada como taxa equivalente, uma ou outra agravada em 25%, os quais deverão ser liquidados mensalmente até à celebração da escritura, exigindo-se a constituição do seguro previsto no número 1 do Artigo 13.º.
5. Quando a utilização do empréstimo se efectuar por parcelas, nos termos do Artigo 9.º ou nos termos do número anterior deste artigo, a cobrança dos juros daquelas será feita mensalmente, nos termos do anterior número 4, mas não podendo o seu montante exceder o valor da 1.ª prestação.
6. Nos casos de adiantamento para aquisição, a respectiva escritura de compra e o contrato de empréstimo deverão ser celebrados no prazo máximo de um ano, a contar da data da concessão do adiantamento.
7. A título excepcional, e desde que apresentada justificação aceitável, o prazo fixado no número anterior será prorrogado, no máximo, por igual período.
8. O não cumprimento dos prazos fixados, ou a não concretização da compra, por facto imputável ao trabalhador/beneficiário, implicam o vencimento das quantias em dívida, que se consideram imediatamente exigíveis, reformulando-se a contagem de juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um "spread" até 2%.

Artigo 11º **Pagamento antecipado**

1. O trabalhador (mutuário) poderá antecipar o reembolso do empréstimo, no todo ou em parte, devendo prevenir a Empresa 30 dias antes da data em que pretende usar dessa faculdade.
2. Se a antecipação do reembolso for total, e não for apresentada qualquer justificação aceitável, o trabalhador ficará impedido de recorrer a novo empréstimo ao abrigo deste Regulamento.
3. As habitações adquiridas ou construídas com empréstimos concedidos nos termos do presente Regulamento só poderão ser alienadas, antes da sua amortização total, obtido o consentimento escrito da Empresa, e apenas nos termos e para os efeitos da alínea b) do número 1 do Artigo 2.º

Artigo 12º
Hipoteca

1. Os empréstimos serão garantidos exclusivamente por primeira hipoteca do terreno e da habitação.
2. Poderão, no entanto, ser garantidos, por segunda hipoteca, os empréstimos para beneficiação ou ampliação, e ainda os empréstimos referidos no número 3 do Artigo 1.º, desde que, em qualquer dos casos, o valor atribuído à habitação, objecto da garantia, seja considerado suficiente pela Empresa.
3. Serão sempre autorizadas as substituições dos objectos de garantia, desde que os trabalhadores tenham alienado o primitivo objecto, com vista à transferência para nova habitação e esta, uma vez avaliada, seja de valor igual ou superior à anterior.

Artigo 13º
Seguros

1. O trabalhador (mutuário) garantirá, através de um seguro individual ou colectivo, em caso de morte ou de invalidez total e permanente, uma renda mensal igual às prestações mensais em dívida e por um período igual ao prazo da respectiva amortização, ou que garanta a liquidação da dívida na data do evento, a favor da Empresa.
2. O seguro de vida referido no anterior n.º 1 deverá, em iguais condições, ser extensivo ao cônjuge ou a eventuais co-mutuários e abranger o evento de morte ou de invalidez total e permanente daquele.
3. O trabalhador (mutuário) terá também de fazer um seguro multiriscos, por montante mínimo igual ao valor de construção, aquisição, ampliação, beneficiação, substituição ou complemento, ficando a Empresa, em caso de sinistro, com o direito de receber directamente da Companhia Seguradora a importância do seguro até ao valor do empréstimo em dívida.
4. As cláusulas sobre seguros previstas nos números anteriores, depois de aprovadas pela Empresa, não poderão ser alteradas sem a sua prévia autorização, devendo indicar-se expressamente que o Caixa Banco de Investimento, SA é interessado neste seguro na qualidade de credor privilegiado.

Artigo 14º
Obrigações de habitar

1. Os trabalhadores/beneficiários ficam obrigados a proceder à ocupação efectiva do imóvel dentro de 180 dias após a data da escritura de aquisição ou, nos casos de construção, da data de obtenção de licença de habitação, a requerer no prazo de 30 dias após a conclusão da obra, sob pena de imediato vencimento do empréstimo em dívida.

2. Qualquer que seja a modalidade do crédito, se o imóvel deixar de se destinar à habitação permanente do próprio trabalhador e do seu agregado familiar, o empréstimo vence-se logo que tal facto seja do conhecimento da Empresa.
3. Exceptua-se do disposto nos números anteriores a hipótese de posterior inadequação da habitação ao respectivo agregado familiar, caso em que poderá ser autorizada, por escrito, a cedência do uso e fruição do imóvel.

Artigo 15º

Situações especiais

1. Excluem-se das obrigações previstas no artigo anterior os casos de trabalhadores que, de acordo com as políticas de mobilidade de pessoal, vigentes na Empresa, estejam a exercer a actividade em local de trabalho diferente daquele onde se situa a habitação financiada ou a financiar, desde que renunciem ao direito de preferência nas transferências para o local dessa mesma habitação, podendo a Empresa fazer depender a concessão do empréstimo da prévia concordância do beneficiário a eventuais transferências, no interesse da Empresa, para qualquer outra modalidade.
2. Nos casos referidos no número anterior, o uso e fruição do imóvel fica exclusivamente reservado ao beneficiário e aos membros do seu agregado familiar, salvo autorização escrita da Empresa para a cedência do uso e fruição.
3. A não observação do disposto no número anterior determinará o imediato vencimento do empréstimo, considerando-se imediatamente exigíveis as quantias em dívida e ficando o devedor em mora com juros à taxa legal.

Artigo 16º

Não cumprimento do contrato

1. O não cumprimento das obrigações decorrentes do contrato determinará o vencimento imediato das prestações em dívida, que se considerem imediatamente exigíveis, iniciando-se a contagem de juros de mora à taxa legal.
2. Ficam sujeitos ao prescrito no número anterior, sem prejuízo de procedimento disciplinar, todos os que usarem de meios fraudulentos, tendentes à obtenção de um despacho favorável, ou de condições diversas daquelas que, nos termos deste Regulamento, lhe competiriam ou que desviem os fundos para outros fins.
3. Se durante a vigência de empréstimos concedidos ao abrigo do número 3 do Artigo 1.º e da alínea c) do número 1 do Artigo 2.º o beneficiário mantiver uma relação de coabitação com o cônjuge separado ou com o seu ex-cônjuge, ou com este celebrar novo casamento, a Empresa pode aplicar o disposto no precedente número 1.

Artigo 17º **Extinção do contrato de trabalho**

1. Se o trabalhador (mutuário) deixar de exercer funções na Empresa, por reforma ou pré-reforma, será mantida a amortização mensal segundo o plano inicial.
2. Se o trabalhador (mutuário) deixar de exercer funções na Empresa em casos não previstos no número anterior, será exigível o reembolso imediato da dívida, agravando-se a taxa para Euribor a 6 meses, acrescida de um "spread" até 2%, até efectivação integral do pagamento do montante em dívida, salvo se a Empresa admitir que se justifique a concessão de diferentes modalidades de prazo e taxas.

CAPÍTULO II - Do processo

Artigo 18º **Instrução do processo**

Os processos de pedidos de empréstimos devem ser instruídos com toda a documentação legalmente necessária e que se mostre indispensável ao seu estudo, designadamente:

1. Empréstimos para aquisição de moradia ou andar já construído:
 - a) Identificação actualizada da propriedade;
 - b) Contrato promessa de compra e venda;
 - c) Planta da moradia (ou andar) e do terreno;
 - d) Caderneta Predial urbana ou duplicado da participação para inscrição na matriz ou certidão de teor da Repartição de Finanças;
 - e) Identificação completa dos vendedores e dos cobradores hipotecários, se for caso disso;
Quando o vendedor for uma Sociedade, certidão de Registo Comercial, donde constem as regras para obrigar a Sociedade e os nomes dos seus representantes;
 - f) Licença de habitação.
2. Empréstimos para construção de habitação própria:
 - a) Identificação do terreno;
 - b) Certidão de teor do artigo matricial, da participação para a inscrição na matriz, se ainda estiver omissa, ou caderneta predial;

- c) Contrato promessa de compra e venda do terreno, se houver lugar à aquisição do terreno;
 - d) Projecto autenticado pelos serviços técnicos da Câmara, respectiva memória descritiva e justificativa, cálculos de estabilidade e caderno de encargos;
 - e) Declaração do construtor, assumindo o compromisso de edificar de acordo com o caderno de encargos, donde conste o respectivo preço e condições de pagamento, e com menção expressa da data limite para a conclusão da obra;
 - f) Identificação completa dos vendedores, no caso de aquisição do terreno;
 - g) Certificado do loteamento, quando necessário;
 - h) Licença de Construção.
3. Empréstimos para ampliação ou beneficiação de habitação própria permanente: serão necessários os elementos constantes das alíneas a), d) e f) do número 1 e das alíneas d) e e) do número 2.
- A Empresa poderá, excepcionalmente, dispensar a observância da alínea e) do número 2, se o montante previsto para a obra e a capacidade do proponente mostrarem a viabilidade de autoconstrução ou execução por administração directa.
4. Empréstimos para substituição de empréstimo noutra Instituição de Crédito:
- a) Os documentos julgados necessários nos números 1, 2 e 3, conforme o empréstimo tenha sido concedido para aquisição ou construção, ampliação ou beneficiação;
 - b) Declaração da Instituição mutuante, da qual conste o montante em dívida, a data da concessão do empréstimo, a respectiva finalidade e, quando o houver, o valor da respectiva avaliação e garantias existentes.
5. Em qualquer caso, o proponente mutuário deverá apresentar certidão da Conservatória do Registo Predial, da qual constem todos os registos em vigor e, nomeadamente, registo provisório de hipoteca pelo montante do empréstimo e dos juros de 3 anos sobre o prédio a adquirir, a construir, a ampliar ou a beneficiar.

Artigo 19º

Avaliação, fixação do montante e prazos

1. Após a recepção da documentação solicitada, e no prazo máximo de sessenta dias, a Empresa procederá à avaliação da habitação a adquirir ou do terreno e da habitação a construir, beneficiar ou ampliar, e fixará o montante do empréstimo a conceder, de acordo com os limites referidos nos Artigos 2.º, 4.º e 5.º.
2. Após a avaliação, será comunicada ao requerente a autorização definitiva, tendo este o prazo de 120 dias para a apresentação da restante documentação necessária para a celebração do contrato.

3. Os prazos contemplados neste Artigo poderão, a título excepcional, ser prorrogados por igual período, mediante pedido do trabalhador, devidamente justificado.

Artigo 20º ***Caducidade da autorização***

A não observância dos prazos fixados no artigo anterior, por parte do trabalhador, implica a caducidade da autorização do pedido de empréstimo e o arquivamento do respectivo processo.

Artigo 21º ***Forma do contrato***

As condições dos empréstimos serão reduzidas a escrito e revestirão a forma exigida por lei.

Artigo 22º ***Reembolso de encargos custeados pela Instituição de Crédito***

A Empresa será reembolsada de todas as despesas que haja realizado com vista à concessão do empréstimo, mesmo em caso de denegação.

Artigo 23º ***Entrada em vigor***

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua assinatura.

Lisboa, 28 de Setembro de 2010

Pelo STEC –

– Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos

João Artur Fernandes Lopes (Presidente da Direcção)

Manuel Alexandre Renda Pico Espadinha (Vice Presidente da Direcção)

Pela Caixa - Banco de Investimentos, SA

António Carlos Bastos Martins (Administrador)

Manuel Lopes Cunha (Director do Gabinete de Recursos Humanos)

Depositado em 28 de Outubro de 2010, a fl. 94 do livro nº 11, com o nº 218/2010, nos termos do artigo 494º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12 de Fevereiro.

notas

notas

notas

notas

notas

notas

notas



SINDICATO DOS TRABALHADORES
DAS EMPRESAS DO GRUPO CGD

www.stec.pt